



IV CINTEDI

EDIÇÃO DIGITAL

10, 11 E 12 DE NOVEMBRO DE 2021

ISSN: 2359-2915

DIÁRIOS DE BORDO DE UM JOVEM PESQUISADOR COM DEFICIÊNCIA VISUAL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NO EXERCÍCIO DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA¹

José Eduardo Cavalcanti²

Anahi Bezerra³

Luiz Henrique Coelho de Siqueira Teixeira⁴

Benedito Medrado⁵

RESUMO

Este artigo tem como objetivo compartilhar a narrativa de um estudante com deficiência visual no exercício de pesquisador que busca contribuir na produção de conhecimentos sobre deficiências. Para estudar sobre deficiências é preciso considerar os contextos sócio-históricos particulares a fim de evidenciar as concepções e paradigmas que atravessam esse universo. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), 6,7% da população brasileira declarou ter algum tipo de deficiência, este cenário justifica a necessidade de problematização da não representatividade de pessoas com deficiência (PcD) ocupando espaços de destaque na produção de conhecimento sobre suas condições, especificidades e potencialidades. Nesse sentido, entende-se que a exclusão das PcD não se configura por limitações de ordem biológica, mas principalmente da interação de barreiras socioculturais como a falta de políticas públicas que promovam a autonomia e independência das PcD. Através da perspectiva do construcionismo social articulada com uma perspectiva feminista de produção de conhecimento, entendemos as práticas discursivas como formas de ação no mundo localizadas social e historicamente. Sendo assim, a estratégia metodológica utilizada para mediar a escrita deste artigo foi o diário de bordo: um texto narrativo, ficcional e implicado. Como resultado, apresentamos a narrativa de um pesquisador com deficiência visual como mecanismo de produção de conhecimento sobre deficiências e instrumentalização da prática de pesquisa entendendo que a inserção de PcD no âmbito científico constitui enquanto mecanismo de potencialização para a formação destes discentes partindo do diálogo com teorias, conceitos e metodologias diversas.

Palavras-chave: metodologia de pesquisa, psicologia social, diários, deficiência visual, inclusão.

¹ Pesquisa fomentada pela Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco (FACEPE);

² Graduando do Curso de Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), eduardocavalcanti33@hotmail.com;

³ Doutoranda do Curso de Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), anahibezerracarvalho1@gmail.com;

⁴ Graduando do Curso de Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), luizhenrique.coelho.ufpe@outlook.com;

⁵ Professor orientador: Doutor em Psicologia Social, docente da Universidade federal de Pernambuco (UFPE), beneditomedrado@gmail.com.

Este texto surge das inquietações de um estudante de psicologia com deficiência visual a partir das suas experiências como pesquisador inserido em programa institucional de bolsas de iniciação científica – PIBIC, desenvolvida dentro do Núcleo Feminista de Pesquisas em Gênero e Masculinidades (GEMA-UFPE) do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

O ingresso em uma universidade pública foi possível em virtude do importante dispositivo legal que garantiu e legitimou o acesso e permanência das pessoas com deficiência (PcD) no contexto universitário, a lei N 13.409 de 2016 (BRASIL, 2016), que possibilitou a criação da lei de cotas para este segmento social. O discente em questão faz parte do primeiro grupo de pessoas com deficiência a ter acesso à universidade pública por meio de cotas sendo um dos três primeiros discentes com deficiência visual do curso de psicologia da UFPE. A partir de seu ingresso na universidade, deu-se início a diferentes incursões no sentido de tornar a deficiência não apenas uma condição humana que precisa ser respeitada no campo da educação, mas também de pensá-la como um importante objeto de pesquisa e de produção de conhecimento.

Segundo a Lei N 13.146, Lei Brasileira de Inclusão (LBI) (BRASIL, 2015), pessoa com deficiência é considerada “aquela que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir a participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas” (BRASIL, 2015, p. 2). No Brasil, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e estatísticas (IBGE EDUCA, s.d.), cerca de 6,7% da população brasileira declarou ter algum tipo de deficiência e, para além disso, 24% da população declarou possuir algum tipo de dificuldade de grau baixo em enxergar, ouvir, caminhar ou subir degraus. Diante deste cenário, é necessário problematizar a não representatividade dessas pessoas ocupando espaços de poder e de produção de conhecimento, uma das consequências do processo de exclusão sistemático que esta população vem vivenciando historicamente.

De acordo com alguns(mas) autores(as) (entre eles/as: CORRÊA, 2010; ARANHA, 2005; WERNECK, 2000), para estudar a deficiência é preciso refletir sobre as concepções e os paradigmas que atravessam seu universo considerando os contextos sócio-históricos particulares. Nesse sentido, Sasaki (2003) discute sobre como surge, na primeira metade do século XX, a transição para um modelo social iniciado na década de 1960 consolidado a partir dos movimentos de luta pelos direitos humanos e luta pelo protagonismo das pessoas com



deficiência. O modelo biomédico da deficiência entende esta como consequência de um processo de adoecimento e que deve ser tratada com o objetivo de reabilitar as capacidades o máximo possível. Esse paradigma está relacionado às limitações e não considera o contexto social. Em contraposição, o chamado “modelo social” objetiva entender a interação dos impedimentos de ordem biológica, seja eles de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, com as barreiras do contexto sócio-histórico. Assim, a questão da falta de inclusão diz respeito à estrutura social e não à PcD com foco nos direitos, na autonomia e na independência destas (SASSAKI, 2003).

Essa mudança de paradigma contribui para as reflexões feitas do contexto que entrelaça a experiência aqui relatada, dentro da universidade que vem sendo mediada por políticas e espaços que possibilitaram e possibilitam meu caminhar, como o Núcleo de Acessibilidade (NACE-UFPE) que tem como função acolher e acompanhar estudantes, docentes e técnicos(as) que compõem o ambiente da academia, e como o GEMA-UFPE sendo um espaço de trocas de conhecimento e afetos. Esses espaços (e as pessoas que os integram) vêm colaborando direta e indiretamente numa construção coletiva dos meios e das formas que constituem a experiência de ser um jovem universitário que tem vivenciado sua deficiência visual associada ao fazer de pesquisador; uma vivência que também produz tensionamento no contexto universitário, um movimento em espiral dos processos que envolvem a produção de conhecimentos sobre deficiências.

Como bem afirmam Mello e Nuernberg (2012), o campo das ciências humanas e sociais poderão avançar significativamente em suas análises científicas se houver a dedicação aos estudos acerca da deficiência, pois os mecanismos sociais e o emaranhado de significados relacionados às PcD tem a possibilidade de auxiliar no progresso desses campos científicos.

Nesse sentido, este artigo tem como objetivo compartilhar a narrativa de um estudante com deficiência visual no exercício de pesquisador que busca contribuir na produção de conhecimentos sobre deficiências. Esperamos que essas experiências situadas possam contribuir para a produção de outras narrativas de pessoas com deficiência através da reflexão que o conhecimento é produto dos processos vividos no cotidiano sobretudo das interações entre as pessoas com as realidades que as cercam.

METODOLOGIA

Para refletir sobre a construção deste pesquisador com deficiência visual a partir do seu fazer, são necessários alguns apontamentos teórico-metodológicos sobre as perspectivas



adotadas na construção conceitual que atravessa tanto a pesquisa que vem sendo desenvolvida como as inquietações que provocaram a escrita deste texto.

Esta é uma escrita orientada por uma perspectiva feminista de produção de conhecimento (HARAWAY, 1999) que compreende que o(a) pesquisador(a) é um corpo localizado historicamente e socialmente, ou seja, os saberes assim produzidos são situados e portanto não são neutros. Articulada a essa ideia de conhecimento está a perspectiva do construcionismo social (GERGEN, 2007) como proposta de desfamiliarização do fenômeno da deficiência, que por vezes é atravessado por construções conceituais, e crenças que inferem sobre as experiências de ser uma pessoa com deficiência visual.

Sendo assim, esta escrita é implicada pelas posições do estudante com deficiência visual em questão, partindo de uma lógica estrutural pessoal deste, e dos autores que estão ao seu redor dentro deste seu (re)processo de estruturação vital. O discente em questão se define como homem cisgênero, heterossexual, morador da zona da mata sul de Pernambuco, pardo, pessoa com deficiência visual e estudante do curso de psicologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

A estratégia metodológica utilizada para mediar a escrita deste artigo foi o diário de bordo (MEDRADO; SPINK; MÉLLO, 2014), uma ferramenta que compreende um texto narrativo, ficcional e implicado constituído por anotações da experiência cotidiana do(a) pesquisador(a). No diário de bordo são produzidos relatos, questionamentos e reflexões; ele não se caracteriza apenas como um mero instrumento de registro, mas também de produção de pesquisa.

De acordo com Medrado, Spink e Méлло (2014), os diários são práticas discursivas, ou seja, uma forma de linguagem que empreende ação no mundo pelos quais os ambientes de construção circunscrevem o gênero de linguagem que lhes cabe e promovem sentidos específicos. Assim, as narrativas ficcionais produzidas nos diários de bordo não dizem respeito ao movimento de falsear o que acontece na realidade, no entanto, tem o sentido de posicioná-la como algo que foi construído.

O uso de ferramentas tecnológicas para a confecção dos diários de bordo é parte constitutiva do exercício da pesquisa, aparelhos como gravadores, notebooks, smartphones e tablets entre outros tendem a ser importantes aliados para pesquisadores experientes e ainda destacam que alguns destes instrumentos tem a possibilidade de abreviar a escrita, podendo ajudar na produção do arquivo e de suas informações importantes e pontuais. Contudo, este tipo de auxílio não substitui a importância da produção do diário, devido a ser por vezes necessário



a sistematização das informações em forma de texto narrativo num movimento de elaboração e reelaboração (MEDRADO; SPINK; MÉLLO, 2014).

Dessa maneira, para realização do diário foi utilizado um aparelho celular smartphone e o aplicativo de mensagens escritas e em áudios instantâneas, chamadas de voz e vídeo. Através deste aplicativo, foi criado um grupo sendo o único membro o próprio discente que foi gravando áudios sobre o seu cotidiano como estudante e pesquisador, reflexões sobre textos que acessou, questionamentos e dificuldades que surgiam durante o processo de construção da pesquisa. Assim estes áudios serviram como um moderador seguro e acessível para que fosse sendo construído tanto o que foi possível ser compreendido acerca do que estava acontecendo, bem como reflexões sobre estes fenômenos.

No entanto, os diários de bordo, por vezes, compreendem registros através da escrita formal em que a utilização de instrumentos tecnológicos auxiliam no processo de registro/produção de informações para compor sobre as experiências de pesquisa. Contudo, no processo de gravação dos áudios, foi-se desenhando um fluxo de escrita distinto do que comumente é praticado, pois estes registros não são realizados a partir da escrita tradicional, mas pela mediação da oralidade. Nesse sentido, os próprios áudios se tornam assim o diário de bordo, que nesse texto são ainda a base fundamental para a construção da narrativa produzida.

A narrativa, de acordo com Brockmeier e Harré (2003), deve ser distinguida de outros padrões discursivos, sendo uma forma de linguagem que pode ter diferentes objetivos. Aqui, a narrativa se constitui como o mecanismo de produção de conhecimento a partir da estória que costura a minha experiência de pesquisador deficiente visual.

Em seu sentido mais corrente e geral, a narrativa é o nome para um conjunto de estruturas linguísticas e psicológicas transmitidas cultural e historicamente, delimitadas pelo nível do domínio de cada indivíduo e pela combinação de técnicas sócio-comunicativas e habilidades linguísticas - como denominado por Bruner (1991) - e, de forma não menos importante, por características pessoais como curiosidade, paixão e, por vezes, obsessão. Ao comunicar algo sobre um evento da vida - uma situação complicada, uma intenção, um sonho, uma doença, um estado de angústia - a comunicação geralmente assume a forma da narrativa, ou seja, apresenta-se uma estória contada de acordo com certas convenções (BROCKMEIER; HARRÉ, 2003, p. 526).

Nesse sentido, a subjetividade e as experiências sociais se configuram enquanto formações discursivas que embora sejam sobre vivências específicas se relacionam com a realidade sócio-histórica e cultural que atravessam os interlocutores. “Em outras palavras, nosso repertório local de formas narrativas é entrelaçado a um cenário cultural mais amplo de ordens discursivas fundamentais, que determinam quem conta qual estória, quando, onde e para quem” (BROCKMEIER; HARRÉ, 2003, p. 527).



Sendo assim, uma produção narrativa se mostra como um potente instrumento de produção de conhecimento que reconhece a subjetividade e a experiência (SCOTT, 1998) como fluxos do vivido que compõem os contextos. O principal objetivo com este texto que narra minha caminhada é afirmar a importância de formas outras e experimentar a universidade, bem como de outros caminhos para o fazer pesquisa, construindo novos significados sobre deficiência visual, assim como projetar a inteligibilidade de vivências como a relatada neste texto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apresentamos a seguir uma síntese da narrativa em primeira pessoa do singular de modo a expressar a indiossincrasia dos enunciados e a posição situada do autor. Neste sentido, diz o dissente: considero que um momento importante nesse meu caminhar se deu ainda no segundo período da graduação em Psicologia em que, através da disciplina de Processos Psicossociais, pude compartilhar com o Docente as minhas reflexões sobre questões relativas às pessoas com deficiência e, dentre as minhas inquietações, estava o lugar que estas ocupam no processo de produção científica. Essas trocas me levaram ao Núcleo Feminista de Pesquisa sobre Gênero e Masculinidades (GEMA-UFPE) no qual venho desenvolvendo leituras, discutindo, construindo e compartilhando conhecimento. Vale salientar que ingressar em um núcleo de pesquisa foi crucial para meu desenvolvimento enquanto futuro psicólogo e pesquisador visto que os acessos aos núcleos, em geral, não são “amigáveis” às PcD.

Dentre os projetos de pesquisas desenvolvidos pelos colaboradores do GEMA, está o projeto intitulado “Produções culturais em gênero, sexualidade e direito: agenciamentos possíveis em tempos adversos”, um projeto “árvore” no qual um dos galhos é o trabalho aqui proposto.

Embora reconheça a grande chance que recebi ao ingressar no GEMA, preciso pontuar que ser a primeira pessoa com deficiência visual a participar de um núcleo de pesquisa de psicologia da UFPE, fizeram com que várias barreiras emergissem neste caminho, por exemplo barreiras comunicacionais, metodológicas, atitudinais, instrumentais e arquitetônicas. Segundo Sasaki (2009), a acessibilidade deve ser construída seguindo os parâmetros da “dimensão da acessibilidade”, que são compostas por seis marcadores que viabilizam o acesso de qualquer pessoa com ou sem deficiência a qualquer ambiente e aspecto da vida humana. São eles:

“(…) arquitetônicas (sem barreiras físicas); comunicacional (sem barreiras na comunicação entre as pessoas); metodológicas (sem barreiras nos métodos e técnicas de lazer, trabalho, educação, entre outros); instrumental (sem barreiras em



IV CINTEDI

EDIÇÃO DIGITAL

10, 11 E 12 DE NOVEMBRO DE 2021

ISSN: 2359-2915

instrumentos utensílios, entre outros); programáticas (sem barreiras embutidas em políticas públicas, legislações e normas); e atitudinais (sem preconceito, estereotipo, estigma e discriminações no comportamento da sociedade para pessoa que tem deficiência)” (SASSAKI, 2009, pp. 1-2).

Com as definições de Sasaki (2009) sobre as distintas barreiras que as pessoas com deficiência encontram em seus cotidianos, precisei buscar na universidade caminhos que me possibilitassem desenvolvimento no meu processo de formação. Nesse processo, o NACE-UFPE enquanto um espaço que tem como função fazer o acolhimento e acompanhamento de alunos, professores, coordenadores e técnicos da universidade, bem como o monitoramento de suas adaptações realizados por uma equipe multidisciplinar que atende este determinado público. Faziam parte dessa equipe durante minha interação mais próxima a este núcleo: dois Psicólogos, dois Pedagogos e uma Fonoaudióloga. Na sua parte administrativa, uma coordenadora do núcleo e mais 3 técnicos administrativos, além da equipe de tradução e interpretação de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) que é composta por 8 interpretes e mais dois estagiários de secretariado.

Dentro destas vivências, um dos momentos mais importantes aconteceu no primeiro semestre de 2018, durante o primeiro período da graduação em Psicologia: recebi um treinamento introdutório sobre o uso do software *NonVisual Desktop Access* (NVDA) durante dois dias, facilitado por um bolsista vinculado ao NACE-UFPE. Durante esse treinamento, aprendi sobre o que era o NVDA, como ligar/desligar, como acessar a internet através desse software e alguns outros comandos básicos. Esse processo de treinamento foi aprimorado no decorrer da utilização do software a partir, por exemplo, de buscas de vídeos sobre ele na internet e do manuseio em si, um processo de aprendizagem de tentativa e erro. Este treinamento me proporcionou aprender a acessar o computador, que é uma ferramenta imprescindível para o processo de formação.

Além disso, o Programa institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) da Fundação de Amparo à Ciência e tecnologia de Pernambuco (FACEPE), no ano de 2020, me contemplou com uma bolsa de 12 (doze) meses a qual fomentou esta pesquisa e todos os seus desdobramentos. Através deste espaço, no ano de 2021, na 25 Jornada de Iniciação Científica, fui premiado com o prêmio Ricardo Ferreira ao jovem talento cientista, também sendo a primeira pessoa com deficiência a ter conquistado esta honraria.

Um aspecto que gostaria de destacar corrobora com o que Diniz (2013) considera fundamental para o desenvolvimento de qualquer pesquisa: o tempo da pesquisa e do pesquisador(a). Para a autora, o tempo é um importante elemento que deve ser considerado no



planejamento e execução da pesquisa. A todo momento estamos em um jogo porque várias outras coisas acontecem nas nossas vidas, em conjunto com a pesquisa, e precisamos delimitar bem o tempo destinado a este exercício acadêmico no decorrer dos nossos cotidianos. Isso vai influenciar diretamente na criatividade, nos acordos que temos com nosso orientador(a) e na potência do que vamos estudar, ler, sentir, refletir ouvir, discutir e produzir.

As demandas do processo de sistematização da pesquisa são diversos, nesse sentido, Diniz (2013) sinaliza para a importância de cada pessoa encontrar um ritmo e uma organização de tempo que possibilite responder ao planejamento da pesquisa. Porém, com os devidos cuidados para não resvalar em vitimismo ou capacitismo, é preciso estarmos atentos(as) ao ritmo de produção de pessoas com deficiência visual considerando elementos como o tempo de leitura e o próprio processo de revisão bibliográfica, acesso as tecnologias de leitura e escrita, e que esse ritmo pode não se adequar a uma norma esperada para pessoas sem deficiência, sobretudo se considerarmos a escassez de instrumentos e metodologias acessíveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o desenvolvimento desta pesquisa, identificamos barreiras para o acesso de pessoas com deficiência no âmbito da produção científica. Essas barreiras estão relacionadas menos à potências dessas pessoas e mais à ausência de mecanismos institucionais que garantam e legitimem a presença de pessoas com deficiência no fazer acadêmico, o que vem a ser barreiras programáticas, pois não há políticas de inclusão. Entendemos isso como um processo que ocorre nos diversos contextos sociais, sendo assim, a mudança precisa ocorrer de forma dialogada. Para tanto, a possibilidade da inserção de cotas para estudantes de graduação, mestrado e doutorado e docentes com deficiência é essencial enquanto mecanismo de promoção de acesso ao processo de ensino-aprendizagem.

Inserir pessoas com deficiência no âmbito de produção científica é um importante mecanismo de potencialização para a formação destes discentes, sobretudo porque o exercício deste tipo de produção submete os/as pesquisadores/as em formação dialogar com teorias, conceitos e metodologias. Deste modo, quanto maior o acesso das pessoas com deficiência neste processo formativo, mais terão subsídios para ingressar em programas de iniciação científica, bem como em programas de pós-graduação. E, na mesma medida, o processo se tornará ainda mais potente na medida em que mais docentes e discentes sem deficiência puderem se envolver em debates sobre direitos humanos de PcD e também busquem se

instrumentalizar com ferramentas e estratégias que possam facilitar o acesso de discentes e pesquisadores(as) com deficiência à formação e à produção acadêmica.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M. S. F. Projeto Escola Viva: garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola: necessidades educacionais especiais dos alunos. Brasília: **Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial**, 2005.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília, DF. 2015.

BRASIL. Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016. **Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino**. Brasília, DF. 2016.

BROCKMEIER, J.; HARRÉ, R. Narrativa: problemas e Promessas de um Paradigma Alternativo. **Rev. Psicologia: Reflexão e Crítica**. V. 16, N. 3, P. 525-535, 2003.

CORRÊA, M. Â. M. Educação especial. Rio de Janeiro: **Fundação CECIERJ**, 2010.

DINIZ, D. Carta de Uma Orientadora: o primeiro projeto de pesquisa. 2 ed. Brasília: **LetrasLivres**, 2013.

GERGEN, K. Investigación cualitativa: tensiones y transformaciones. *In*: **GERGEN, K. Construcción social, aportes para el debate y la práctica**. Bogotá: Universidad de los Andes, Facultad de Ciencias Sociales, Departamento de Psicología, CESO, Ediciones Uniandes, P. 245-279, 2007.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, N. 5, P. 7-41, 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773> [acessado em 04 de outubro de 2021].

IBGE EDUCA. Conheça o Brasil – População: pessoas com deficiência. s.d. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/20551-pessoas-com-deficiencia.html> [acessado em 04 de outubro de 2021].

MEDRADO, B.; SPINK, M. J.; MÉLLO, R. P. Diários como atuantes em nossas pesquisas: narrativas ficcionais implicadas. *In*: SPINK, M. J. (org.). A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas. 1 ed. Rio de Janeiro: **Centro Edelstein de Pesquisas Sociais**, p. 273-294, 2014.

MELLO, A. G. de; NUERNBERG, A. H. Gênero e Deficiência: interseções e perspectivas. **Estudos Feministas** (Florianópolis), V. 20, N. 3, P. 635-655, set-dez, 2012.

SASSAKI, R. K. Inclusão: Construindo uma sociedade para todos. 5 ed. Rio de Janeiro: **WVA**, 2003.



IV CINTEDI

EDIÇÃO DIGITAL

10, 11 E 12 DE NOVEMBRO DE 2021

ISSN: 2359-2915

SASSAKI, R. K. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, P. 10-16, São Paulo, Ano XII, mar-abr, 2009.

SCOTT, J. W. A invisibilidade da experiência. **Proj. História**, São Paulo, N. 16, fev, 1998.

WERNECK, C. Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva. 2 ed. Rio de Janeiro: **WVA**, 2000.